

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que os Senhores Deputados Municipais Maria Manuel Rocha Cunha e Silva e Mário Telmo Lopes Legoinha solicitaram a sua substituição ao abrigo do artº 5º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido substituídos pelos Deputados Alcino José Vaz e Marisa Susana Gomes Velho Rodrigues, respetivamente. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a presença de todos. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estava presente a ata da primeira sessão ordinária, realizada no passado dia vinte e um de fevereiro de dois mil e quinze para ser submetida a aprovação. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que conforme acordado anteriormente com o Senhor Presidente da Mesa a ata da quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no passado dia treze de dezembro de dois mil e catorze seria votada e aprovada e depois seria devidamente corrigida e enviada novamente a todos os Deputados Municipais, referindo que o mesmo não se verificou e solicitou o seu envio com as devidas correções. De seguida, continuou a sua intervenção, e questionou sobre o período antes da ordem do dia da ata da sessão ordinária anterior, mencionando que, existe uma intervenção dele, referindo depois que a Senhora Presidente prestou os devidos esclarecimentos. Ressalvou ainda, que falta em ata o constante desses esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção respondendo ao Deputado Luís Terêncio, dizendo que existiu um problema na gravação da ata, o que originou a falta de transcrição da sua intervenção. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que deveria existir uma ressalva na ata referindo que por motivos de ordem técnica não foi possível transcrever a intervenção da Senhora Presidente, dizendo, ainda, que assim faz parecer uma ocultação dos esclarecimentos proferidos pela Senhora Presidente. Questionou de seguida a Senhora Presidente sobre se tinha o “nome” da pessoa para empossar a figura de Provedor do Município uma vez que seria da responsabilidade do Executivo avançar com uma proposta. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e informou os Senhores Deputados que relativamente às questões levantadas pelo Deputado Municipal Luís Terêncio, recebeu um e-mail no dia anterior pelas 16:22da Seção de Apoio aos Órgãos Autárquicos referindo que: *“Na sequência da observação feita pela Senhora Presidente relativamente às necessidades de proceder à correção do português na ata de vinte e um de fevereiro de dois mil e quinze, colocada à vossa consideração, informamos que procedemos às devidas correções que achamos pertinentes, sendo essa versão corrigida a que foi enviada a todos os membros. É de notar que alguns dos pontos e a parte inicial da ata foram tratados com base na ata minuta, uma vez que, desde o início da sessão até parte do ponto dois, bem como os pontos seis e seis ponto um que foram tratados inicialmente dada a necessidade do Senhor Padre Néilson se ausentar, não ficaram gravados.* Disse depois que a questão do Deputado Luís Terêncio tem toda a legitimidade, mas que a justificação era a que era possível ser dada. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e referiu que a sua anterior intervenção não se baseava na presente ata a aprovar, mas sim na ata da sessão realizada no passado dia treze de dezembro de dois mil e catorze, relativamente à qual o Senhor Presidente da Mesa se comprometeu a proceder às devidas correções e posterior envio a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e solicitou à Senhora Helena Castilho que faça chegar à Secção de Apoio Aos Órgãos Autárquicos as pretensões do Senhor Deputado Luís Terêncio respeitantes à ata da quinta sessão ordinária realizada no passado dia treze de dezembro de dois mil e catorze. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da primeira sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e sete Deputados presentes, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, da Senhora Deputada Marisa Susana Velho e do Senhor Deputado Alcino José Vaz. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que reunisse as duas bancadas de modo a propor e eleger o Provedor do Município. Disse que o nome proposto tem de ter o consenso de dois terços dos Deputados da Assembleia Municipal, para ser aprovada, pelo que o consenso é indispensável. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que iriam reunir conforme tinha ficado combinada a cerca do Feriado Municipal, aproveitando esse momento, para propor um nome consensual, para futuro Provedor do Município. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção alertando sobre o problema da praga da vespa do castanheiro que afeta inúmeras produções agrícolas em Trás-os-Montes. Disse ainda, que este problema já afetou muitos produtores de castanha a nível Europeu, nomeadamente em Itália, França e Espanha, e que ficou decidido numa reunião que teve lugar na UTAD, em Vila Real, que iriam efectuar diligências para a realização de uma reunião em cada concelho, de forma a debater este problema. Informou, depois que no próximo dia sete de maio de dois mil e quinze iria realizar-se uma reunião em

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Sambade para debater o problema, apelando à presença de todos os Presidentes de Junta de Freguesia e principais produtores de castanha do concelho, para além de outras entidades competentes. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e alertou os Deputados Municipais sobre um problema respeitante ao mau uso das redes sociais, onde, recentemente, circulou um e-mail falso a apelar ao voto para a capital da cereja e brincar com o nome de Alfândega da Fé. Referiu, depois, que a pessoa que originou esta brincadeira de mau gosto, lhe enviou um e-mail, referindo que se tratava de uma “peta”. Disse, depois, que iriam tentar descobrir a pessoa, que dizia ser alfundeguense, do que duvidava, porque um alfundeguense jamais brincaria com o nome de Alfândega da Fé, com a Presidente da Câmara e com a cereja. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e referiu que também repudiava a brincadeira de mau gosto anunciada pela Senhora Presidente e sugeriu que o Executivo fizesse todos os possíveis para descobrir a pessoa, uma vez que não brincou só com o Executivo mas com todos os alfundeguenses e com a marca Alfândega. Questionou de seguida o Executivo sobre o ponto de situação do procedimento concursal para os doze postos de trabalho previstos com a internalização de trabalhadores da EDEAF no Município, uma vez que a Senhora Presidente, numa sessão anterior, tinha dito que o procedimento concursal era para levar avante, dentro dos condicionalismos legais. Perguntou, depois qual o ponto da situação relativamente ao concurso de alienação do capital social da AlfândegaTur e do Hotel & SPA, e sobre a reestruturação da dívida da AlfândegaTur. Quanto às lojas do mercado, questionou sobre os diferentes valores da venda das mesmas. -----

----- A Senhora Presidente de Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que relativamente ao procedimento concursal para os doze postos de trabalho respeitantes ao processo de cedência de interesse público de doze trabalhadores da EDEAF, dizendo, que, por falta de tempo e de pessoal afeto à área de recursos humanos, ainda não foi possível avançar com este procedimento, uma vez que estão a ultimar os procedimentos concursais em curso para a contratação por tempo indeterminado de dezanove postos de trabalho. Disse, ainda, que o responsável pelos procedimentos concursais é o Técnico Superior, Miguel Soeiro, e ele também foi afetado pelo término do seu contrato de trabalho. Tem vindo a desenvolver este trabalho voluntariamente, e na restante secção de recursos humanos o Senhor Manuel João está com a parte das férias, faltas e vencimentos e a D. Gina com o restante trabalho inerente à área de recursos humanos. Teceu, ainda, alguns comentários, nomeadamente como consequência da redução do número de trabalhadores do Município, a carência de pessoal em diversas áreas, nomeadamente na área dos espaços verdes. Relativamente à questão sobre o processo AlfândegaTur, respondeu, que têm uma proposta que necessita ser reformulada para se adequar ao concurso e a outros interessados na AlfândegaTur. No que diz respeito à questão sobre a reestruturação da dívida respondeu, que, tem a ver com o facto de estarem a reestruturar a dívida da AlfândegaTur com os mesmos pressupostos da dívida da Câmara feita no âmbito do PAM, resolvendo um problema do empréstimo do Turismo, relativamente ao qual se teria de pagar uma amortização de cerca de trezentos mil euros este ano, o que é incomportável. Assim, pretende-se diminuir a taxa de juro e quem comprar a empresa poderá pagar o empréstimo já reestruturado, permitindo assim uma gestão mais fácil e apetecível. No que diz respeito ao Mercado Municipal, as lojas são avaliadas da mesma forma, por metro quadrado, variando o valor unitário consoante a área da loja. Continuou a sua explicação, referindo que em relação às obras nas lojas do mercado, existiram várias pessoas que diziam que a Câmara nunca efetuou obras de melhoramento nas lojas. As obras que foram realizadas foram feitas pelos próprios

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

concessionários, sendo os custos por eles suportados, deduzido no preço da loja, com base em avaliação efetuada pelos técnicos da Câmara. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 18/02/2015, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, começou por referir que é da responsabilidade dos Chefes de Divisão recolherem todos os dados referentes à atividade do Município, que depois é transmitida à Assembleia Municipal. Disse, depois, que estão a ultimar as obras dos Lares de Gebelim e da Parada e que estão também a terminar as obras de requalificação da Casa do Povo e da Escola Primária de Sambade, funcionando neste espaço um Centro de Interpretação do Território, o que contribuirá para promover o Turismo e que continuam a decorrer as obras de requalificação da zona envolvente da Torre do Relógio. Continuando, informou os Deputados Municipais que Alfândega da Fé foi escolhida por um projecto com financiamento europeu de envelhecimento ativo (MOPACT) como tendo a melhor prática europeia na participação dos seniores na vida política, pois tem-se vindo a realizar um trabalho de tentar que os seniores tenham uma participação mais ativa na vida pública. Após a aposentação, disse, os seniores deixam de ter participação ativa na sociedade, e com este projeto pretende-se combater esse estigma. Informou, ainda, que o Município aderiu à rede de cidades amigas dos idosos, que é uma rede da Organização Mundial de Saúde, que permitiu diagnosticar os principais problemas que afetam os idosos, nomeadamente, o isolamento. Disse, ainda, que se está a desenvolver um programa de desenvolvimento cognitivo na Universidade Sénior, que permite ajudar a melhorar as condições mentais dos idosos. -----

----- A Senhora Deputada Iolanda Neves solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que é importante o treino cognitivo das pessoas seniores, pois vai permitir melhorias nas condições sociais das pessoas. Referiu que o seu filho, quando frequentava o sétimo ano, participava num projecto de companhia e acompanhamento de idosos devidamente sinalizados, de forma a ajudarem em pequenas tarefas e interagirem com estas pessoas, combatendo, assim, o seu isolamento. No fundo toda a comunidade escolar estava envolvida neste projecto de interacção com pessoas idosas. Comentou, ainda, um projecto das Universidades Portuguesas que vai acontecendo todos os anos, no âmbito do combate ao isolamento da população idosa, escolhendo uma terra e aí promoverem um encontro com a comunidade idosa, conhecido este projecto por Missões de Voluntariado, promovendo desta forma um intercâmbio geracional muito interessante. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e concordou com a intervenção da Deputada Iolanda Neves, referindo que, fizeram uma primeira tentativa com este intercâmbio geracional mas não correu muito bem. Era um projeto financiado pela rede das cidades amigas dos idosos mas não tinha muita sustentabilidade. Continuou a sua intervenção e disse que atualmente tem trinta e nove voluntários que apoiam oitenta e três seniores, mas que, contudo, grande parte do voluntariado é de seniores. Referiu, ainda, que os próprios voluntários seniores ensinam as crianças relativamente a brincadeiras e brinquedos tradicionais, permitindo que algumas tradições prevaleçam. Disse, depois,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

existir alguma discriminação em relação às pessoas idosas e que existem muitos pais que estão contra o facto de as crianças visitarem os idosos nos lares, desculpando-se com o risco de doenças neste estrato social. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que antigamente existia mais interactividade entre a escola e os lares da terceira idade, porque existia uma disciplina no currículo escolar que era a Área de Projeto, que permitia que se desenvolvessem este tipo de actividades. Disse, ainda, que actualmente ainda existe uma boa interacção entre os jovens e as pessoas idosas. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e referiu que esta questão tem de partir dentro das nossas casas, e inculir que um idoso faz parte da nossa sociedade e que merece toda a atenção e respeito. -----

2. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO REFERENTE AO ANO DE 2014, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- A Senhora Presidente usou da palavra, referindo-se ao documento elaborado pela Dr.ª Carla Victor, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira e o relatório elaborado pelo ROC (Revisor Oficial de Contas), disse que tem sido feito um trabalho muito importante na normalização do inventário, passando a palavra à Dr.ª Carla para prestar alguns esclarecimentos complementares. -----

----- A Dr.ª Carla Victor usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. ----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que têm vindo a regularizar grande parte do imobilizado em curso, referindo que no ano de dois mil e catorze foi feita a regularização de dez milhões de euros. Explicou, depois, que o imobilizado em curso, eram obras já concluídas do anterior Executivo, nas quais não existiam informações adequadas que permitissem fazer o lançamento e transferir para imobilizado. Explicou, ainda, que actualmente têm apenas dois milhões de euros identificados, respeitantes apenas a obras em curso, e que existe apenas um milhão e quatrocentos mil euros que ainda não conseguiram identificar, sabendo-se apenas que são respeitantes a obras anteriores a dois mil e dois. Continuou, a sua explicação, e disse, que outra divergência que tem sido trabalhada era a diferença entre a conta Pocal e a conta Património. Há cerca de dois anos havia uma divergência de vinte milhões de euros, ou seja, na conta quarenta e quatro do Pocal existam vinte milhões e no imobilizado em curso quarenta e quatro, e na conta Património existia zero, estando agora essa divergência regularizada. -----

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2014, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra falando em relação ao relatório de gestão e contas, chamou a atenção dos Deputados Municipais para a rubrica do passivo, referindo que no passivo está incluída a dívida aparentemente para o passivo um aumento da dívida na ordem dos trezentos mil euros, no entanto este valor, inclui a dívida da empresa municipal EDEAF que foi extinta e a dívida saldada à empresa Casais, na ordem dos seiscentos mil euros. Tendo isto em conta efetivamente houve uma redução da dívida perto de 1 milhão de euros. Disse que conseguiram baixar as taxas de juro, e esperam baixar ainda mais com a aprovação do programa PAM. De seguida, disse, que todos os anos segundo as previsões iriam pagar cerca de um milhão e trezentos mil euros em amortizações e juros à

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

banca da dívida herdada. Referiu, ainda, que os cortes nas transferências do estado pararam o que permitirá ao Município reduzir a dívida e investir de uma forma sustentável, criando condições para a fixação de empresas e criação de postos de trabalho, sublinhando que o concelho de Alfândega da Fé tem uma taxa de desemprego na ordem dos vinte por cento. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, começando por referir que o Município aumentou o passivo para os vinte e sete milhões e meio de euros, contra os vinte e quatro milhões referidos pela Senhora Presidente. Questionou depois o Executivo, sobre se tinha algum plano de acção para combater o aumento do passivo, uma vez que nunca foi apresentado nenhum plano em concreto para a diminuição do passivo do Município, pois é do conhecimento público que algumas Câmaras em situações idênticas ou piores que a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, conseguiram diminuir consideravelmente o seu passivo. De seguida, deu os parabéns ao Executivo e aos trabalhadores responsáveis pela área, pelo excelente trabalho sobre a inventariação do Património. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que o passivo não era dívida, realçando para a existência de uma rubrica que são os acréscimos e deferimentos, que parte são receitas, mas têm de constar como passivo. A dívida está na rubrica, dívida a curto, médio e longo prazo, que atualmente é de cerca de vinte milhões de euros. Disse, depois, que a Câmara Municipal estava numa situação muito difícil de desequilíbrio financeiro, muito pior que outras Câmaras referidas pela Deputado Luís Terêncio. Continuando, a Senhora Presidente disse que a Câmara passou de um prazo médio de pagamento aos fornecedores de cerca de novecentos dias para os atuais onze dias, o que faz uma diferença muito grande na economia local e dá credibilidade ao Município. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Pousado solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que um relatório de gestão e contas é um espelho de toda atividade desenvolvida pelo Executivo ao longo do ano transato. Comentou, de seguida, que iria inicial pelo balanço que remete para a parte financeira, elogiando o Executivo pelo bom trabalho que está a realizar fruto da inventariação, o que permitiu o aumento do ativo, sendo este ativo, dividido entre, fixo e circulante. No ativo fixo, observa-se um aumento de mais de quatro milhões de euros nos bens de domínio público, e um aumento de três milhões e oitocentos mil euros em investimentos financeiros. Continuou a sua intervenção, e referiu que relativamente ao passivo, a dívida é diluída a médio/longo prazo e a curto prazo, e a dívida assumida pelo Executivo teve um aumento em cerca de trezentos mil euros. Relativamente aos acréscimos e deferimentos existem regras que têm de ser cumpridas, existindo acréscimos e deferimentos no passivo e no ativo. No ativo existe acréscimo de proveitos e custos diferidos, no passivo acréscimo de custos e proveitos diferidos. Disse, ainda, que os acréscimos e deferimentos permitem que aqueles subsídios que estão afetos aos bens do ativo e que estão sujeitos a depreciação/amortização que sejam diluídos pelos vários exercícios, sendo depois transferidos numa base sistemática para a conta 7983, para balancear as tais amortizações. Disse, depois, que se lhe perguntarem qual o passivo da Câmara responderia que era de vinte e sete milhões de euros, contudo a dívida da Câmara teriam de somar a dívida a terceiros a médio/longo prazos e somar a dívida a terceiros. Continuou a sua intervenção e disse que não percebia o porquê de as Câmaras não avançarem para o sistema de normalização contabilística e que não tinha dúvidas que um dia isso será uma realidade. Questionou, depois, relativamente aos acréscimos e deferimentos, e disse que parte dos acréscimos são da conta 274, subsídios para investimento, sendo que

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

esta conta é creditada mas como a mesma aumenta o passivo parece que não interessa considerar, no entanto como para creditar a 274, outras contas foram debitadas, é então preciso considerar tudo. Disse, depois, que relativamente à dívida de médio/longo prazo tem uma parte de curto prazo, que no anterior não estava a ser cumprida, questionando de seguida se no presente ano estão a cumprir esse facto. Alertou, depois, os Deputados Municipais, para a página vinte e quatro / trinta e cinco do documento. Na desagregação da rubrica / acréscimos e deferimentos o somatório não coincidia com o somatório do balanço e que deveria coincidir. Disse, depois, que relativamente ao mesmo quadro dos acréscimos e deferimentos, nas remunerações a liquidar tem de estar obrigatoriamente a estimativa das férias e do subsídio de férias, tem que ter os dois e não só um deles. Continuou a sua intervenção, e questionou sobre a demonstração de resultados, verificando que já efetuaram as provisões do exercício, que não existia no ano anterior, uma vez que existem acções judiciais contra o Município, e poderão reclamar indemnizações. Referiu, depois, que na página vinte e seis / trinta e cinco verificou que existiu um aumento nas transferências e subsídios obtidos de trezentos e vinte e sete mil euros. Seguidamente, referiu, que pese embora os resultados operacionais sejam positivos, todos os resultados da demonstração pioraram, ou seja, os operacionais, os financeiros, correntes, extraordinários e o resultado líquido do exercício. Disse, depois, que na página vinte e sete / trinta e cinco do documento o somatório também não coincidia relativamente às dívidas a curto prazo. Concluiu a sua intervenção referindo que o IMI, o Orçamento de Estado para o ano de dois mil e quinze, dava nota que os Municípios com a devida autorização da Assembleia Municipal poderiam propor a redução do IMI. Relativamente ao número de dependentes do Município pode-se reduzir em dez por cento para um dependente, vinte por cento para dois dependentes, pelo que leu o artigo 112.º do Código de IMI (Taxas) com as alterações introduzidas pelo OE 2015, que a seguir se transcreve: *“Os Municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal nos casos de imóvel destinados à habitação própria permanente, coincidente com o domicílio fiscal, podem fixar uma redução da taxa em vigor no ano em que respeita o imposto dependendo do número de dependentes que nos termos do previsto no artigo 13.º do código do IRS compõe o agregado familiar do proprietário a trinta e um de dezembro, com a seguinte tabela: nº de dependentes a cargo um/dez por cento; dois/quinze por cento e três/vinte por cento”*. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Deputado Carlos Pousado, sobre se corroborava a explicação dada pela Senhora Presidente da Câmara sobre o cálculo efetivo da dívida relativamente ao passivo, uma vez que foram pagos à Empresa Casais cerca de setecentos mil euros e foi absorvida pelo Município a dívida da empresa municipal EDEAF em cerca de trezentos mil euros. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Pousado usou da palavra e respondeu ao Senhor Presidente da Mesa que não iria responder a essa pergunta sem ter em mãos, todos os dados, nomeadamente o balancete. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa leu um documento elaborado pelo ROC (Revisor Oficial de Contas) que referia a seriedade dos resultados financeiros apresentados pelo Município. -----

----- A Senhora Presidente usou da palavra e começou por agradecer a intervenção do Deputado Carlos Pousado, contribuindo para o enriquecimento do debate da Assembleia Municipal, tendo ajudado muita gente a compreender contabilidade, e explicado muito bem a diferença entre passivo e dívida. Referiu, depois, que relativamente ao IMI explicado pelo Deputado Municipal Carlos Pousado, o assunto irá ser levado à Assembleia Municipal para ser aprovado e ser aplicado no ano de dois mil e dezasseis. Continuou a sua explicação e disse que o IMI era uma espécie de “buraco negro”, uma vez que é um imposto municipal e era cobrado pelas Finanças sem prestar qualquer declaração ao Município

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

sobre quem pagava e o valor que cada agregado familiar pagava. Disse, depois, que relativamente à dívida a médio/longo prazo, uma parte é curto prazo e é paga até doze meses. O ROC tinha feito essa referência no relatório anterior, e no presente já não fez essa referência, porque na Câmara toda a dívida a curto prazo a pagar à banca tem de ser paga até ao final do ano, o que a não acontecer poderia causar problemas no Tribunal de Contas. -----

----- A Senhora Dr.ª Carla Victor, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que da dívida a curto prazo não foi feito o lançamento por não terem tido indicações do ROC nem da DGAL, em como fazê-lo na prática. Disse, ainda, que as contas eram submetidas para diversas entidades, nomeadamente, Tribunal de Contas e DGAL e se os mapas não forem consistentes não consegue submeter os dados. De seguida, deu todas as explicações sobre os supostos erros levantados pelo Deputado Carlos Pousado, admitindo o erro numa das contas do documento. -----

----- O Senhor Deputado Virgílio Amaro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que o artigo 112.º da Lei de Orçamento de Estado nada tem a ver com a redução do IMI mas sim com os benefícios fiscais de acordo com o agregado familiar, dizendo ainda que o concelho de Alfândega da Fé seria muito afetado em relação às receitas do IMI, porque iriam ficar isentas do pagamento do IMI muitas famílias tendo em conta o IAS (Indexante de Apoios Sociais), que se cifra nos quatrocentos e dezanove euros e vinte e dois cêntimos. Explicou de seguida o cálculo para atribuição da isenção do IMI. Referiu, depois, que a dívida da Câmara Municipal decresceu em cerca de um milhão de euros. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Pousado usou da palavra e agradeceu ajuda do Deputado Virgílio Amaro na interpretação do artigo 112.º da LOE 2015, referindo ainda, que carece sempre da aprovação da Assembleia Municipal essa redução. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que quando entraram para o Município o ROC teria elaborado um documento no qual tecia cerca de cem considerações, e hoje apenas enumera cerca de três ou quatro considerações, o que demonstra bastante que se tem vindo a trabalhar no sentido de melhorar a situação financeira do Município. -----

----- O Senhor Deputado Virgílio Amaro usou da palavra e dirigiu-se ao Deputado Carlos Pousada referindo que se o ROC está a validar estas contas está a validar mal, porque numa conta de gerência os números têm de bater certo. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Virgílio Amaro, dizendo que o ROC validou porque tinha condições para validar, referindo ainda, que as contas estavam corretas, apenas uns valores nas rubricas é que teriam de ser alterados. Disse, depois, que os Deputados Municipais deveriam ler atentamente o relatório que a o ROC e a Dr.ª Carla Victor elaboram para compreenderem toda a situação. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Pousado usou da palavra e disse que em relação aos acréscimos e deferimentos ainda bem que é assim, pois um determinado subsídio de uma obra numa classe sete deturpava as contas finais, pois trabalhar com os acréscimos pensa que é o mais correto. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto três** à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e sete Deputados presentes, com dezassete votos a favor, sete votos contra dos Deputados Municipais Luís Miguel Terêncio, Susana Guerra, José Almendra, Iolanda Neves,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Jonathan Pacheco, António Pacheco e Adriano Andrade, e três abstenções, dos Deputados Municipais Pedro Miguel Morgado, Carlos Pousado e Horácio Pinto, aprovar o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano económico de dois mil e catorze, de acordo com o n.º 2, alínea l) do artº 25º, conjugado com o n.º 2 do artº 27º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

4. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – 5º TRIMESTRE DE EXECUÇÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014 – PARA APRECIÇÃO;

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que este assunto tem a ver com o programa de apoio à economia local para reestruturarem a dívida da autarquia que tinham de cumprir, respondendo ao Deputado Luís Terêncio sobre o planeamento para diminuir a dívida do Município. -----

----- A Dr.ª Carla Victor usou da palavra e informou os Deputados Municipais que quando iniciaram o PAEL, tinham pagamentos em atraso no montante de um milhão e duzentos e cinquenta e três euros e vinte e nove cêntimos. Disse, depois, que a trinta um de dezembro tinham apresentado pagamentos na ordem dos sessenta e oito mil e cinquenta e três euros e vinte e nove cêntimos. Disse, ainda, que existiam outras medidas que tinham de ser tomadas, nomeadamente, a elaboração e actualização de regulamentos, estando praticamente implementadas. Continuou a sua intervenção e disse que relativamente ao controlo orçamental da receita e da despesa têm surgido algumas divergências devido ao atraso na aprovação dos empréstimos pelo Tribunal de Contas. Disse que estava previsto a sua implementação para o ano de dois mil e doze, mas devido aos atrasos referidos, só conseguiram implementar essas medidas ao longo dos anos de dois mil e treze e dois mil e catorze. Continuou a sua explicação, e disse que, relativamente aos pagamentos em atraso, conseguiram reduzir para onze dias os pagamentos aos fornecedores, estando previsto o prazo no PAEL de quarenta dias. Disse, ainda, que não conseguiram cumprir a parte do endividamento líquido, porque tiveram ao longo de dois mil e catorze um encaixe de uma milhão de duzentos mil euros de endividamento líquido. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e questionou o Executivo e a Dr.ª Carla Victor sobre o aumento das horas extraordinárias e ajudas de custo, constantes na página sete do documento. Questionou, de seguida, sobre se o aumento das horas extraordinárias era relativo ao piquete que se encontra de prevenção para as águas e saneamento. ---

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que este assunto foi debatido na última sessão da Assembleia Municipal e que constava no documento apresentado. Disse, depois, que este aumento era no valor de cerca de cinco mil euros anuais, e foi para pagar a um piquete que foi criado para atender alguma urgência relativamente a água e saneamento básico, fora do expediente normal de trabalho, o que permite ainda poupar, uma vez que a fuga de água é atempadamente resolvida e evita muitos constrangimentos aos Municípios. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e respondeu à Senhora Presidente da Câmara, dizendo que ouviu atentamente as explicações dadas por ela, e que concordava com esta medida de prestar um bom serviço aos Municípios. Questionou, depois, se todo o aumento de ajudas de custo e horas extras foram para pagar os serviços deste piquete e quando começou a funcionar. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que o piquete foi criado no Verão do ano transato, e é constituído por várias equipas que vão alternando. Disse, depois, que existe um aumento nas ajudas de custo devido à formação que os trabalhadores do Município tiveram que receber, devido à alteração de legislação. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

5. APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E PLANO DO EMPRÉSTIMO ATÉ AO VALOR DE € 542.818,86 NO ÂMBITO DO DESPACHO Nº 2084/2015 – APROVAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO, CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PLANO FINANCEIRO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que este empréstimo advém da adesão ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) no ano anterior, no qual foi atribuído este montante ao Município para pagar dívidas com alguma urgência, e carece de aprovação pela Assembleia Municipal, a minuta para ser enviado o processo ao Tribunal de Contas. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Susana Guerra solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal, questionando, depois, o Executivo sobre quando anteriormente falaram sobre o FAM, este empréstimo serviria para pagar a dívida e se iriam aprovar o PAM, e o que mais seria englobado no FAM. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que o FAM era um Fundo de Apoio Municipal criado pelo Governo para apoiar as autarquias mais endividadas, devido às dificuldades que estas sentiam em ir à banca, e a uma taxa de juro muito mais baixa do que as praticadas pelos bancos. Disse, depois, que estão a aprovar este empréstimo do FAM e não do PAM, e que o objectivo é criar uma almofada financeira de forma a pagar as despesas de pessoal e libertando esse montante para pagar aos fornecedores e as dívidas a curto prazo a juros muito mais reduzidos. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra usou da palavra e referiu que a informação nº 100 elaborada pela Dr.ª Carla Victor tinha suscitado algumas dúvidas sobre este assunto. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu à Deputada Susana Guerra, dizendo que a informação estava correta e apenas serviria como suporte de gestão. Este dinheiro serviria para pagar serviços que não poderiam deixar de funcionar, como água e saneamento, transportes escolares, alimentação escolar e pagamentos com despesas de pessoal, permitindo criar mais solidez financeira e permitir pagar com as outras verbas a dívida a curto prazo. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto cinco** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e sete Deputados presentes, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a minuta do contrato e cláusulas contratuais do empréstimo até ao valor de € 542.818,86. -----

6. SETOR DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE – DECLARAÇÃO AMBIENTAL, ASSOCIADA À REVISÃO DO PDM DE ALFÂNDEGA DA FÉ;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que a declaração ambiental é um documento que faz parte do Plano Diretor Municipal do Concelho de Alfândega da Fé, sendo uma síntese do relatório ambiental, e uma obrigação imposta pela APA, estando ali elencadas as medidas ambientais e a forma como estas são enquadradas no PDM. -----

----- A Senhora Deputada Iolanda Neves usou da palavra e questionou a Mesa da Assembleia Municipal se estavam a abrir um precedente sobre as votações dos pontos, uma vez que nunca tinha acontecido, a Mesa esperar pela presença de algum Deputado para se proceder à votação, pois não faz sentido nenhum esperar quando os Deputados sabiam que tinham de votar o presente ponto. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu à Deputada Iolanda Neves que concordava inteiramente com ela, e informou os Deputados Municipais para serem cumpridores do horário de início da Assembleia Municipal e serem mais responsáveis na presença para as votações dos respectivos pontos da ordem de trabalhos. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto seis** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e sete Deputados presentes, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a declaração ambiental, associada à revisão do PDM de Alfândega da Fé. -----

7. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que o Governo tinha feito sair uma Lei que só agora estariam a cumprir, na qual favorecia a delegação de competências das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia, com os respectivos recursos financeiros. Disse, depois, que tinham começado pela Junta de Freguesia de Sambade uma vez que algumas competências ainda estavam sobe alçada da Câmara Municipal, como a limpeza de ruas, dos cemitérios, ao contrário das outras freguesias que tinham já essas competências, e pelo facto de estarem a construir um equipamento que tem de ser gerido por ambas as instituições, nomeadamente, o Centro de Interpretação do Território, que visa atrair bastantes visitantes. Continuando, disse, como a Junta de Freguesia de Sambade não tem capacidade para efetuar este trabalho, a Câmara tem de elaborar este contrato interadministrativo, e em vez de a Câmara estar a gerir o espaço, dá mais competências à Junta de Freguesia de Sambade para fazer esse trabalho. Continuou a sua intervenção e disse que relativamente aos Jardins-de-infância se passa da mesma forma, vai tentar descentralizar esse serviço e dar mais competências às Juntas de Freguesia que tenham esse apoio escolar e social, pois não é viável fazer deslocar os técnicos e viaturas para essas freguesias, podendo estas prestar esse serviço aos seus fregueses. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e chamou à atenção para o facto da descentralização enunciada pelo Executivo começar por Sambade, pedia que não acabasse em Sambade e fosse estendido a todas as freguesias do concelho. Alertou também para o facto de o valor do contrato ser bastante grande, só para o ano de dois mil e quinze. -----

----- A Senhora Presidente usou da palavra e explicou ao Deputado Luís Terêncio que o montante por ele referido na ordem dos setenta mil euros englobava o contrato de um Assistente Operacional e Técnico Superior para os anos dois mil e quinze a dois mil e dezassete. Embora na informação estivesse enumerado o ano de dois mil e quinze, apenas se reportava ao ano da cabimentação. Disse, ainda, que esta Lei não permitia a elaboração de contratos sem termo, o que era mau para os Municípios pois não criavam estabilidade, contudo disse compreender, pois coincidia com os fins de mandato, o que poderia tornar-se num problema caso existisse alguma mudança de poder. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou a palavra e referiu que o Executivo deveria estender esta medida a todas as freguesias do concelho. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio que era essa a vontade do Executivo, contudo têm de ser contidos nas despesas para não aumentarem a dívida do Município. Disse, depois, que agora iriam começar pelas juntas de freguesia maiores, nomeadamente Sambade, depois Gebelim e Vilarchão onde já têm uma

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

trabalhadora a realizarem algumas tarefas. Continuou a sua intervenção e referiu que não era falta de vontade política mas sim falta de recursos financeiros para poder estender estas medidas a todas as freguesias do concelho. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Lopes usou da palavra e questionou a intervenção do Senhor Deputado Luís Terêncio, acusando-o de provocação com o objectivo de criar ciúmes nos outros Deputados, frisando que ele não tinha ciúmes, uma vez que a Junta de Freguesia de Sambade tinha as devidas condições que outros não tinham para avançar com este projecto. Disse, depois, que o PSD/CDS-PP foram os verdadeiros responsáveis pela actual situação em que a Câmara Municipal se encontra, com uma dívida de vinte milhões de euros. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto sete** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria**, dos vinte e sete Deputados presentes, com dezoito votos a favor, quatro votos contra, dos Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Pedro Miguel Morgado e José Almendra, e cinco abstenções dos Deputados Iolanda Neves, Adriano Andrade, Jonathan Pacheco, António Pacheco e Carlos Pousado, aprovar a celebração do contrato interadministrativo entre o Município de Alfândega da Fé e a Junta de Freguesia de Sambade. -----

8. CCIPGB - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGAL - GUINÉ-BISSAU E OUTROS PAÍSES LUSÓFONOS": ADESÃO À ASSOCIAÇÃO NA QUALIDADE DE SÓCIO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que este assunto advém de um convite desta Associação ao Município de Alfândega da Fé, sem custos associados, referindo que não sabe se trará algum benefício, principalmente aos agricultores. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra usou da palavra e perguntou se existiram custos com adesão à associação. –

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu à Deputada Susana Guerra que teria um custo anual de cem euros, e não conhecia bem a associação porque foi criada recentemente, mas conhecia as pessoas, referindo que tinham sido responsáveis pela campanha de angariação de bens para Timor-Leste. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto oito** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar à adesão à Associação na Qualidade de Sócio. Não participou na votação o Senhor Deputado José Almendra por se encontrar ausente. -----

9. PROJETO DE REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu os Deputados Municipais dizendo tratar-se de uma obrigação legal, com base no enquadramento de vários decretos-lei, e que este regulamento servirá para regulamentar actividades que antes eram da responsabilidade dos Governos Cívicos. Referiu, depois, todos os decretos-lei que foram agregados. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto nove** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Regulamento de Exercício de Atividades Diversas do Município de Alfândega da Fé. Não participou na votação o Senhor Deputado José Almendra por se encontrar ausente. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

10. REGISTO DE INTERESSES – LISTA DEFINITIVA DO REGISTO DE INTERESSES PARA PUBLICAÇÃO NO SITE DO MUNICÍPIO, CONFORME PREVISTO NO ARTº 5º DO REGULAMENTO – PARA CONHECIMENTO.

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e disse que todos os Deputados tinham preenchido o formulário com o registo de interesses, estando em condições de o publicar no site do Município de acordo com o regulamento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

11. SOCIEDADE COMERCIAL DESTAQUE. ACUMULAÇÃO DO CARGO DE GERENTE DA EMPRESA COM AS FUNÇÕES DE PRESIDENTE DE CÂMARA – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais, que a DESTAQUE é uma associação de desenvolvimento local que gere uma parte dos fundos comunitários entre outras funções. Os Presidentes da Câmara da AMTQT fazem parte da direcção desta associação. Disse, depois, que a DESTAQUE queria criar uma empresa para poder ajudar os beneficiários a fazerem candidaturas, uma vez que antigamente a DESTAQUE ajuda os beneficiários a fazerem as candidaturas, mas não podia, porque o papel da DESTAQUE seria a fiscalização dessas candidaturas. Assim, uma das soluções encontradas noutras associações foi essa, a criação de uma empresa para ajudar nesse sentido. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da acumulação do cargo de gerente da empresa com as funções de Presidente da Câmara. -----

12. ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL EDEAF, EEM – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais que é uma obrigatoriedade legal, que quando exista um encerramento da liquidação de uma empresa municipal ela venha a conhecimento da Assembleia Municipal. Disse, depois, que todos os ativos e dívidas desta empresa municipal foram assumidos pela Câmara Municipal, estando os trabalhadores internalizados no Município e o processo encerrado. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

13. SUBSCRIÇÃO DA POSIÇÃO CONJUNTA DAS CPCJ REUNIDAS NO DIA 09-04-2015 NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE - REDUÇÃO DE TÉCNICOS DE APOIO PELO ISS, IP – PARA CONHECIMENTO.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que resultou de uma decisão do Governo retirar tempo dos assistentes sociais que estavam alocados às CPCJ. Na CPCJ de Alfândega da Fé não teve grandes consequências porque têm poucos processos, cerca de catorze ou quinze processos, mas numa CPCJ com bastantes processos é mau. -----

----- O Senhor Dr. Miguel Franco solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e informou os Deputados Municipais que a Segurança Social em coordenação com a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, reformularam os critérios de afectação de apoios dos técnicos ao acompanhamento nas CPCJ. Disse, depois, que relativamente à CPCJ de Alfândega da Fé não tiveram grandes problemas, contudo, tem algum receio sobre a formalização dos critérios, uma vez que podem tornar mais rigorosos os critérios de acompanhamento e apoio técnico. Continuou, a sua intervenção, e disse que até à data da deliberação existia o apoio técnico para uma comissão com cento e cinquenta processos, agora passou para trezentos processos, ou seja, vão existir poucas comissões com apoio técnico. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e disse que achava o assunto muito sério e estranho uma vez que tem aumentado e muito a sinalização de crianças em risco, nomeadamente, devido à pobreza infantil e devido à falta de emprego dos pais. Disse, depois, que têm recorrido ao IEFP para ajudar na resolução de situações em que ambos os pais estão desempregados de forma a minimizar estas situações. Disse, ainda, que existem situações de gravidade extrema, uma vez que existem crianças com pouca comida e as famílias sem recursos nenhuns para pagar rendas, alimentação e luz. A dívida dos consumos de água disse que analisa caso a caso. Antigamente a segurança social assegurava alguma ajuda, hoje não, e as Câmaras têm assegurado esses apoios. -----

----- A Senhora Deputada Carla Franco solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e comentou que queria louvar a Câmara pelo esforço nesta área, uma vez que ela sendo professora/educadora muitas vezes tem de fazer o papel de pai/mãe das crianças à sua responsabilidade, precisamente porque existe essa falha dos pais, do país e da sociedade, que não consegue dar resposta aos problemas das crianças. Disse, ainda, que estava comovida pelo facto de se falar na Marinha Grande, porque conhece bem essa zona e a sociedade, sendo uma zona bastante pobre, com grande taxa de desemprego e onde as crianças sofrem muito por todas estas situações. Disse, ainda, que em Pombal existe uma casa de acolhimento onde estão crianças provenientes dessa zona da Marinha Grande, crianças com grandes problemas e traumas, que frequentam a escola onde dá aulas. Disse, também, que é directora de turma e tem de fazer a ponte entre a família – escola – CPCJ e revê essas dificuldades dos apoios técnicos e acompanhamento. Continuou a sua intervenção e disse que é importante a sociedade preocupar-se com estas famílias e principalmente estas crianças. -----

----- O Senhor Dr. Miguel Franco usou da palavra e informou os Deputados Municipais que quando a informação foi entregue à Câmara, foi acompanhado por um e-mail recebido da CPCJ da Marinha Grande para todos os órgãos tomarem uma posição conjunta de forma a melhorar as condições de vida destas crianças. Propôs depois que o plenário assumisse uma subscrição conjunta. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e referiu que na anterior sessão da Assembleia Municipal tinha dado os parabéns ao Dr. Miguel Franco pelo trabalho desenvolvido à frente da CPCJ de Alfândega da Fé, e ficou também tocado pela intervenção da Dr.ª Carla Franco, que é bastante esclarecedora da problemática que assola principalmente estas crianças. Disse, depois, que existem situações muito problemáticas e que o Governo deve apoiar ao máximo estas situações, defendendo a subscrição desta posição. -----

----- A Senhora Deputada Iolanda Neves usou da palavra e comentou que quando o tema são crianças em risco é muito chocante e arrepiante. A falta de apoios é uma verdade, mas como membros de uma comunidade também temos as nossas responsabilidades na maneira como essa comunidade de desenvolve. Comentou, depois, que vivemos numa sociedade indiferente aos problemas dos seus membros, como já se fez, estando a perder valores e atitudes sociais. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e concordou com a intervenção da Deputada Iolanda Neves que a sociedade está a mudar os seus hábitos e costumes. Disse, depois, que os médicos recusam passar uma ambulância, porque interiorizaram o hábito de poupança entrando numa insensibilidade, pois existem muitas pessoas que não têm dinheiro para tratamentos, muito menos para transporte. Disse, ainda, que também está muito preocupada com a indiferença social, pois pode-se fazer muito com pouco dinheiro disponível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve inscrições por parte do público. -----
----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---
----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra e teceu algumas considerações à ata minuta. -----
----- A ata em minuta foi aprovada **por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção da Senhora Deputada Iolanda Neves. -----
----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)